

OBEGEF

Observatório de Economia e Gestão da Fraude
Rua Roberto Frias
4200-464 Porto

RELATÓRIO E CONTAS **2012**

Março 2013

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Conteúdo

1. Mensagem do Presidente	3
2. Órgãos Sociais	6
3. Associados.....	7
4. Principais atividades desenvolvidas	9
5. Perspectivas Futuras	12
6. Aplicação de resultados	14
7. Demonstrações Financeiras	15

1. Mensagem do Presidente

É com muito orgulho que analiso o trabalho realizado pelo Observatório neste último ano. A quantidade e qualidade do seu labor e dos sucessos alcançado é um claro contraponto à degradação da sociedade portuguesa.

Durante o último ano continuamos as actividades que são a nossa razão de ser: estudar a realidade da fraude e as formas de a combater, formar quadros capazes do desempenho dessas funções, sensibilizar a “sociedade civil” e a opinião pública em geral para a importância destas problemáticas e a urgência de uma cidadania activa. Mas fizemo-lo com significativas mudanças qualitativas, sendo de salientar três aspectos:

1. Houve um reconhecimento mais amplo da importância da nossa instituição na construção de uma sociedade mais ética, que se manifestou sobretudo por convites à participação, por solicitação de estudos específicos, pelo envolvimento em mais frentes de trabalho.
2. Houve uma excelente resposta de diversos meios nacionais e estrangeiros ao nosso desafio de realização de uma conferência interdisciplinar para uma leitura multifacetada e multireferencial sobre a fraude, a que correspondeu plenamente a nossa capacidade de organização.
3. Houve um reconhecimento internacional da nossa actividade, de que a conferência I2FC é uma demonstração inequívoca, mas que assumiu a forma de reconhecimento com a atribuição pela ACFE do *Outstanding Achievement in Outreach / Community Service (2012)*, com o convite para colaborar com a Europol e participar em iniciativas internacionais.

O Observatório, que continua um jovem, mudou de fase e estatuto com o ano de 2012. É uma situação que nos deve alegrar mas que, concomitantemente, aumenta a nossa responsabilidade.

Há que acrescentar que tudo isto só foi possível pela actividade dos nossos associados (designação de sócios de uma forma que reflecte a abnegação revelada e não transmite a ideia de apropriação de riqueza). A ampliação da Direcção, a Comissão Organizadora da conferência, com destaque para o seu presidente executivo, o sentido de responsabilidade de muitos associados são alguns dos aspectos mais vincados.

Toda esta dinâmica permitiu também conhecer-se melhor as potencialidades e fragilidades de cada um dos nossos associados, começou a mostrar novas pistas de intensificação do trabalho interno visando uma melhor projecção na sociedade.

Permitam-me que a este propósito chamemos a atenção para os seguintes aspectos:

- Uma das grandes potencialidades do Observatório é a diversidade e pluralidade de posições dos seus associados para além das suas diferentes formações académicas apenas unidas pelos grandes objectivos estatutariamente consagrados. Por outras palavras, não há uma posição do OBEGEF sobre os diversos dossiers, mas uma posição dos associados neles envolvidos e que devem ser considerados, estudados e aprofundados de uma forma rigorosa e interdisciplinar por todos.
- Por isso mesmo continua a ser muito importante acompanharmos o que os outros associados fazem, aprendermos e ensinarmos, trocarmos experiências, descobrirmos de forma criativa possibilidades de funcionamento em grupo.

Há duas situações que exigem uma resolução urgente, a saber:

- (a) na origem o OBEGEF era essencialmente constituído por académicos, de que é um resquício insofismável o facto da sua sede ser na FEP, apesar de nunca se ter pugnado por actividade predominantemente académica; é necessário reduzir os espaços metodológicos, conceptuais, organizativos e culturais entre associados académicos e não-académicos (ou, por simetria, não-operacionais e operacionais); o futuro da instituição depende em muito da resolução desta situação.

- (b) O OBEGEF constituiu-se no Porto e tem sede no Porto mas há uma crescente percentagem de sócios que não vivem no Porto e será bom que tal tendência aumente; há que encontrar as formas, eventualmente tecnológicas, organizativas e financeiras de superar estas distâncias geográficas.

Em termos financeiros congratulo-me pelo excelente e árduo trabalho de gestão do ON2 e de nos encontrarmos à data da AG numa situação similar à que existia antes do arranque da Conferência I2FC, depois das atribuladas dificuldades de liquidez, resultantes da morosidade dos processos burocráticos e seus prazos de pagamento.

Termino como comecei: estou orgulhoso pelo trabalho desenvolvido. Sobretudo orgulhoso porque a iniciativa de múltiplos associados torna inteiramente viável e promissor o futuro do Observatório, independentemente da minha presença.

O meu agradecimento pessoal a todos quanto, do árduo trabalho continuado ao empenhamento pontual, permitiram quanto se fez e se prevê para o futuro.

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Fernando da Costa Lima – Presidente

Maria Amélia Pinto Monteiro – Secretária

Edgar Maciel Correia Pimenta – Vogal

Direcção

Quando da constituição do Observatório optou-se pela Direcção ser constituída por três sócios para não se ter que encontrar mais sócios fundadores. O trabalho a realizar e, sobretudo, a articulação entre as diferentes frentes de atuação aconselharam a que se passasse a ter uma Direcção com Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário e Vogal, tendo-se para o efeito efetuado a alteração dos Estatutos do OBEGEF em Novembro de 2011:

Carlos José Gomes Pimenta – Presidente

Óscar Joao Atanázio Afonso – Vice-Presidente

Mariana Fontes Costa – Secretária

Maria do Céu Fernandes Ribeiro – Tesoureira

André Marques Vieira de Castro - Vogal

Conselho Fiscal

Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves – Presidente

Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos – Secretário

Nuno Ricardo de Oliveira Moreira – Vogal

3. Associados

Sócios existentes à data da Aprovação pela Direcção

Nome	Função
Alda Maria Gonçalves Correia	Responsável pela Unidade Especial de Investigação de Combate à Fraude nos Seguros
Alexandra Sofia da Silva Cerqueira Barbosa	Auditora Financeira (CFE)
André Marques Vieira de Castro	Administrador, Gestor de Empresas
António João Maia	Antropólogo, Criminólogo e Sociólogo
António Marcos Ferreira Calado	...
Aurora Amélia Castro Teixeira	Professora Associada da Faculdade de Economia do Porto
Carlos José Gomes Pimenta	Professor Catedrático da Faculdade de Economia do Porto
Cátia Susana Figueiredo Dias Teixeira Pedro	Fraud Investigation Officer
Edgar Maciel Correia Pimenta	Auditor de Sistemas de Informação (CFE, CISA, CISSP)
Elisabete Maria Azevedo Amaro Maciel	Mestre na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Fernando Costa Lima	Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia do Porto
Fernando Jorge Moreira Rosas Belém	Inspector de fraude fiscal
Filipe António Osório de Almeida Pontes	Fraud Control Officer
Glória Maria Alves Teixeira	Professora Associada da Faculdade de Direito do Porto
Henrique Manuel Rocha Santos	Pós-Graduado em Gestão de Fraude
Isabel Maria Martins da Silva Mendes	Advogada
João Luís da Costa Rito Dias Martins	Auditor Público - Investigação e Detecção de Fraude
João Manuel do Nascimento Gomes	Consultor de Business Intelligence
João Pedro da Silva Gomes Martins	Economista
Jorge Manuel Afonso Alves	Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança
Jorge Paulo Gonçalves de Sousa Amaral Lopes	Economista
Jorge Paulos Novais Madureira	...
José António Cardoso Moreira	Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto
José Rui Antunes Giesteira	Economista
Luís Fernando Rainho Alves Torgo	Professor Associado do Departamento de Ciência de Computadores da Faculdade de Ciências da UPorto
Mafalda Sofia Gonçalves Bastos	Pós-Graduada em Gestão de Fraude
Manuel Emílio Mota Almeida Castelo Branco	Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto
Maria Amélia Pinto Monteiro	Inspectora: Controlo Financeiro Público (Inspeção Geral de Finanças)
Maria do Céu Fernandes Ribeiro	Revisora Oficial de Contas

Nome	Função
Maria Luisa Esteves Fontes Neves	Economista: Subdirector de <i>Factoring</i>
Mariana Fontes da Costa	Assistente do Grupo de Direito da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Nuno Filipe Tavares Gomes	Estudos de Gestão: consultor
Nuno Miguel Vilarinho Gonçalves	Mestre na Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Nuno Ricardo de Oliveira Moreira	Docente Universitário na FEP e EGP-UPBS (CFE,FCPA)
Oscar João Atanzio Afonso	Professor Associado da Faculdade de Economia do Porto
Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos	Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto
Paulo Morgado	<i>Managing Director</i>
Pedro Miguel Santos Moura	Gestor – Unidade de <i>Risk, Compliance & Fraud Management</i>
Ricardo Manuel L. V. Costa de Passos	Engenheiro
Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves	Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto
Sandra Carla Rodrigues Estrela Peneda	...

4. Principais atividades desenvolvidas



4.1 Balanço global

O Observatório de Economia e Gestão de Fraude definiu os seguintes objectivos desde a sua constituição em Novembro de 2008:

- O ensino interdisciplinar sobre Prevenção e Detecção da Fraude
- A investigação sobre a fraude, com particular atenção à situação portuguesa
- A criação de uma opinião pública sobre a problemática da fraude
- A prestação de serviços ao exterior nas áreas do risco de fraude e fraude.

Para se tornar viável estes objectivos, é necessário um conjunto de associados diversificado e activo e uma estrutura funcional, que continuou a ser melhorada durante o ano de 2012.

Os aspectos mais relevantes do ano transacto são os seguintes:

Positivos

- Realização da conferência internacional I2FC, com grande sucesso;
- Continuação do trabalho de investigação, com particular destaque para a Economia Não Registada;

- Aumento do nosso reconhecimento pela sociedade portuguesa e por instituições especializadas internacionais;
- Alargamento da Direcção, renovação parcial dos órgãos e emergência de um conjunto de sócios capazes de conduzirem *per se* o futuro do OBEGEF.

Negativos

- Continuarmos sem uma actividade sistemática de formação;
- Termos reduzido a nossa preocupação e organização na prestação de serviços ao exterior;
- Desaproveitamento das possibilidades de um maior entrelaçamento interdisciplinar entre todos os membros do OBEGEF.

Deveremos ainda referir como destaque do ano de 2012 a atribuição pela ACFE do prémio *Outstanding Achievement in Outreach / Community Service (2012)* ao Presidente da Direcção, que entendemos não ser um prémio pessoal mas colectivo, como logo se salientou oficialmente no *site* do OBEGEF:

“O galardoadado considera que este reconhecimento é um prémio a todos os que lançaram, com entusiasmo, a primeira edição da Pós-Graduação em Gestão de Fraude (com especial destaque para Fernando Costa Lima, José Andrade, Mário Rui Silva, e todos os docentes), e quantos entraram na aventura do lançamento e enraizamento do OBEGEF na sociedade portuguesa.”

A reunião anual de associados para planear as decisões estratégicas de 2013 revelaram mais uma vez a maturidade do Observatório, apesar da sua juventude, e a grande valia dos seus associados. Congratulamo-nos pela presença e participação de novos associados,

compreendemos a ausência de vários dos nossos colegas por razões conjunturais e lastimamos a repetida ausência de outros.

Os rendimentos do período referem-se essencialmente a prestação de serviços de formação em Angola através da *Porto Business School* (9.700 euros), às inscrições na conferência I2FC (14.601 euros), aos patrocínios para a mesma conferência (19.700 euros) e, assim como um subsídio no âmbito do programa “ON.2 – O Novo Norte”, no valor de 47.762 euros, correspondente a 70% dos gastos com a conferência, dos quais já foram recebidos 20.483 euros.

Os gastos do período referem-se assim na sua quasi-totalidade aos incorridos com a conferência internacional.

4.2 Conferência Internacional do OBEGEF 2012

O OBEGEF organizou a 1ª conferência internacional dedicada às questões da fraude e corrupção, subordinada ao tema Perceção Interdisciplinar da Fraude e Corrupção: Conferência Internacional, que teve lugar entre 13 e 15 de Setembro de 2012.

O evento teve como coordenadores geral e executivo, O Presidente da Direção, Carlos Pimenta e a associada, Aurora A.C. Teixeira

Englobou oito grandes temáticas, a saber: 1) Educação ética e prevenção de fraude; 2) Economia paralela, fraude e branqueamento de dinheiro; 3) Crime, crime de colarinho branco e fraude; 4) Dinâmica social, institucional e individual da fraude; 5) Fraude: enquadramento, tipo e procedimentos; 6) Estado e corrupção; 7) Prevenção e deteção de fraude; e 8) Fraude nos setores sociais.

Em termos de *Media Value*, foram produzidas 164 notícias sobre o evento (incluindo 19 na TV e 22 na imprensa).

O inquérito à perceção/satisfação dos participantes no evento, respondido por 64 participantes (num total de 130 participantes que disponibilizaram email), demonstra que, no global, a conferência foi apreciada nas suas diversas componentes (Cursos breves, Sessões Plenárias, Mesas Redondas, Sessões Paralelas).

A realização da conferência I2FC foi uma decisão assumida numa época em que ainda éramos poucos e estávamos a dar os primeiros passos (2009/2010). Foi uma iniciativa decidida numa época de crise social e realizada em outra de crise agravada. Foi uma iniciativa que só foi possível porque encontramos pelo caminho um conjunto de situações favoráveis: um pequeno núcleo que conseguiu apresentar em tempo útil uma proposta de financiamento ao ON2; um núcleo dinamizador da iniciativa tanto na vertente organizativa como na de obtenção de patrocínios; a mobilização de muitos associados no apoio à iniciativa; o entusiasmo que todos os participantes manifestaram.

Há que publicar muitas das comunicações apresentadas antevendo-se, para além dos *Working Papers* da nossa iniciativa, um livro em português (editado em Portugal) e dois em inglês (editados em Inglaterra).

5. Perspectivas Futuras

O ano de 2013 é um ano de aprofundamentos dos avanços conseguidos e de tentativa de superação das debilidades acima referidas.

Podemos considerar que são direcções principais de trabalhos:

- A investigação sobre a fraude continua a ser um objectivo estratégico, continuando-se as linhas de trabalho anteriormente definidas, procurando englobar-se todos os associados nessa frente de trabalho, superando a falsa associação daquela à actividade académica. Deve ser dada uma atenção particular à construção de um Índice de Fraude para Portugal.
- Aumentar a nossa actividade de formação, ora aproveitando o histórico positivo ora criando novas formas e destinatários da formação, novos parceiros para acções conjuntas, quiçá com características inovadoras.
- Continuar a contribuir para uma leitura mais lúcida sobre a problemática da fraude por parte da sociedade portuguesa, contribuindo para uma sociedade mais ética e justa. Tal exige a prossecução de várias das linhas de rumo anteriores, devendo acrescentar-lhes uma mudança qualitativa nas formas de comunicação e divulgação dos nossos trabalhos.
- Para além desta inserção na sociedade portuguesa explorar todas as possibilidades de internacionalização das nossas actividades, seja por uma participação no espaço de língua portuguesa, seja no reforço das redes criadas ou abertas pela conferência I2FC tendo como objectivo a criação de um doutoramento europeu sobre a fraude, seja pela participação em debates e instituições internacionais.
- Continuando um trabalho deliberado e intencional de conquista de mercados para a prestação de serviços, foi entendimento dominante que esta frente de trabalho resultará intensamente do sucesso dos pontos anteriormente referidos.
- Um mais estreito entrelaçamento de todos associados do OBEGEF é um vector decisivo para a prossecução de todos os objectivos.

6. Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, a Direcção propõe à Assembleia Geral que aquele montante seja levado a resultados transitados.

Porto, 8 de Março de 2013

A Direcção

7. Demonstrações Financeiras

- I. Balanço
- II. Demonstração dos Resultados por naturezas
- III. Mapa de Fluxos de Caixa
- IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

I. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		2012	2011
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		0,00	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		0,00	0,00
		0,00	0,00
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS		0,00	0,00
CLIENTES		3.250,00	1.230,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		0,00	0,00
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A RECEBER		27.279,09	0,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3	2.292,42	16.484,68
		32.821,51	17.714,68
Total do activo		32.821,51	17.714,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS		0,00	0,00
EXCEDENTES TÉCNICOS		0,00	0,00
RESERVAS		0,00	0,00
RESULTADOS TRANSITADOS:			
Resultados Líquidos de períodos anteriores		14.656,40	8.384,88
Ajustamentos de transição POC/SNC		-1.096,89	-1.096,89
		13.559,51	7.287,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.086,50	6.271,52
Total do fundo de capital		16.646,01	13.559,51
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR		0,00	0,00
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES		0,00	0,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		317,99	1.199,17
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR		15.857,51	2.956,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00
		16.175,50	4.155,17
Total do passivo		16.175,50	4.155,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		32.821,51	17.714,68

II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercícios	
		2012	2011
Vendas e Serviços Prestados		9.700,00	17.750,00
Subsídios, doações e legados à exploração	4	82.813,04	5.000,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	5	-87.747,48	-15.838,18
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,01	0,00
Outros gastos e perdas		-1.522,08	-0,13
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.243,49	6.911,69
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.243,49	6.911,69
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		3.243,49	6.911,69
Imposto sobre o rendimento do período	7	-156,99	-640,17
Resultado líquido do período		3.086,50	6.271,52

III. Mapa de Fluxos de Caixa

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2012

U.M. Euro

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e utentes	+	9.700,00	21.520,00
Pagamentos a Fornecedores	-	-87.624,48	-12.323,31
Pagamentos ao Pessoal	-	0,00	0,00
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	+/-	-77.924,48	9.196,69
Pagamentos/Recebimentos Imp. s/ Rendimento	-/+	-640,17	0,00
Outros recebimentos e pagamentos	+/-	-2.646,66	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	+/-	-79.930,97	9.196,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos Fixos Tangíveis	-	0,00	0,00
Ativos Intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos Fixos Tangíveis	+	0,00	0,00
Ativos Intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	+	0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares	+	0,00	0,00
Dividendos	+	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)</i>	+/-	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos	+	0,00	0,00
Subsídios	+	20.482,70	0,00
Patrocínios	+	16.450,00	0,00
Inscrições em conferência	+	14.601,25	0,00
Outras operações de financiamento	+	14.204,76	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-	0,00	0,00
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções capital outros instrumentos capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	+/-	65.738,71	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	-14.192,26	9.196,69
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	16.484,68	7.287,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	2.292,42	16.484,68

IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

1. Identificação da entidade:

1.1 Designação da entidade: Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF).

1.2 Sede: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na Rua Roberto Frias, no Porto.

1.3 Natureza da atividade: “promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação”.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística – SNC. Neste, foi seguido o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que consagra o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), conjugado com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março e do Aviso nº 6726-B/2011 também de 14 de Março de 2011.

2.2 - As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais que, estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios destinados a assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits da atividade são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Activos e Passivos Financeiros

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

No ano 2012 o OBEGEF não tem nenhum ativo nem passivo financeiro registado ao justo valor, e portanto, não existem alterações ao justo valor com impacto na demonstração de resultados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda, sendo o rédito proveniente da prestação de serviços reconhecido pela respetiva fase de acabamento.

Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Associação. O lucro tributável poderá diferir do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Especialização de Exercícios

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), pelo qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3. Meios Líquidos Financeiros

No final do período, o saldo da conta de Depósitos à Ordem devidamente conciliado, era de 2.292,42 euros, não havendo itens pendentes de conciliação.

4. Subsídios, Doações e Legados à exploração

O valor da rubrica “Subsídios à exploração” constantes da Demonstração dos resultados no montante de 82.063,04 euros, teve origem em várias entidades, com o objetivo de patrocinarem a Conferência Internacional realizada pela “OBEGEF”, com destaque especial para o subsídio atribuído pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), no montante de 47.761,79 euros, diversos patrocínios de entidades privadas no montante de 19.700,00 euros e inscrições várias na conferência no valor de 14.601,25 euros. O restante enquadramento naquela rubrica, deve-se à ligação com o próprio objeto social da Associação, como apoio nos gastos, dando continuidade à investigação com base nos objetivos inicialmente propostos.

5. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro demonstrativo dos principais gastos inseridos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, principal rubrica de gastos:

Descrição	2012	2011
Trabalhos especializados	42.980,13	12.085,75
Materiais diversos	9.706,70	536,53
Deslocações e estadas	29.053,30	2.734,16
Outros serviços	6.007,35	481,87
	87.747,48	15.838,31

Salienta-se o facto de grande parte dos valores inseridos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, estarem afetos à realização da Conferência Internacional, no montante de 78.266,90 euros.

6. Fluxos de Caixa

O saldo final de Caixa e seus equivalentes, estão disponíveis para uso pela Associação.

7. Impostos sobre o Rendimento

O OBEGEF é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), beneficiando da isenção dados os fins estatutários a que se propôs.

Relativamente às atividades fora do âmbito estatutário, iguala as entidades com fins lucrativos, estando sujeita às regras gerais daquele imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

No período em análise, o imposto estimado em sede de IRC no montante de 156,99 euros, foi calculado com base no resultado da atividade complementar da OBEGEF, cujos rendimentos ascenderam a 9.700,00 euros e os gastos fiscais e não fiscais associados a 9.232,98 euros.

Porto, 8 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas,

A Direcção

Parecer do Conselho Fiscal

Aos onze dias do mês de Março de dois mil e treze, reuniu-se o Conselho Fiscal do OBEGEF, com o objectivo de apreciar o Relatório e Contas relativos ao ano fiscal de dois mil e doze e sobre os mesmos emitir parecer.

Tendo analisado os documentos que lhe foram presentes pela Direcção do OBEGEF, o Conselho Fiscal decidiu, por unanimidade:

- 1) emitir parecer favorável aos documentos apresentados, entendendo que os mesmos reflectem, de forma credível e transparente, as actividades desenvolvidas pelo OBEGEF ao longo do ano fiscal em análise;
- 2) igualmente emitir parecer favorável à proposta de aplicação de resultados;
- 3) manifestar a sua satisfação pela actividade globalmente realizada, considerando que a mesma revela uma melhoria qualitativa significativa do posicionamento do OBEGEF e um reforço importante da sua inserção nacional e internacional;
- 4) nesse contexto, manifestar o seu apreço pela actividade desenvolvida pela Direcção do OBEGEF e pelos associados que mais directamente nela colaboraram;

O Conselho Fiscal do OBEGEF,